

Proposta de Reforma Fiscal e Estabilização da Renda e Emprego

Audiência na CAE/Senado Federal

Ministro da Fazenda
Nelson Barbosa

*29 de Março
de 2016*

Ministério da
Fazenda

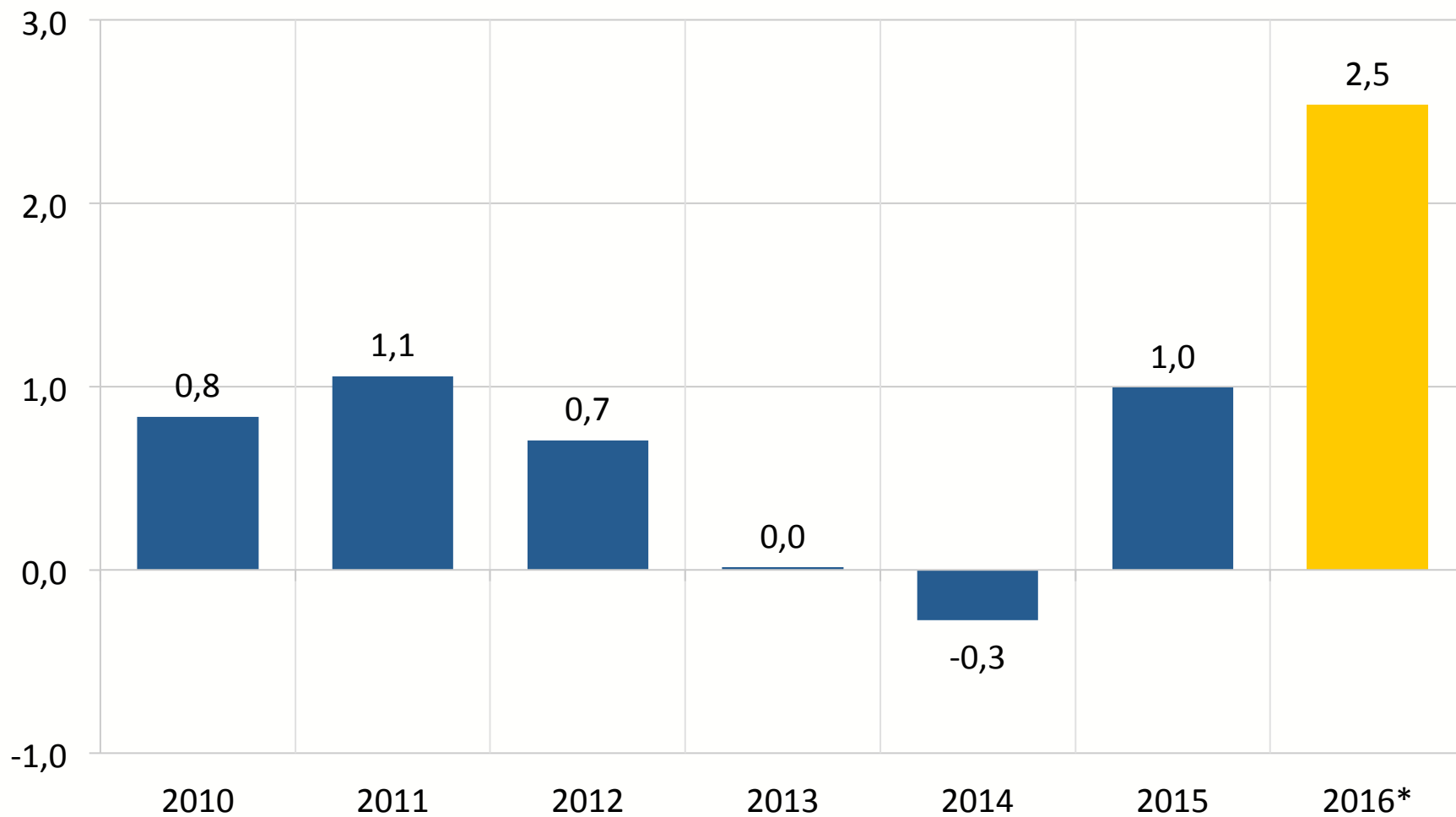
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Economia brasileira passa por um ajuste de diferentes velocidades

- Rápido ajuste externo
- Redução da inflação
- Redução do nível de atividade econômica pelo segundo ano consecutivo
- Redução do resultado primário (queda de receita e rigidez de despesa)
- Necessidade de reprogramação fiscal para estabilizar a renda e o emprego no curto prazo
- Necessidade de reforma fiscal para conter o crescimento do gasto em % do PIB no longo prazo.

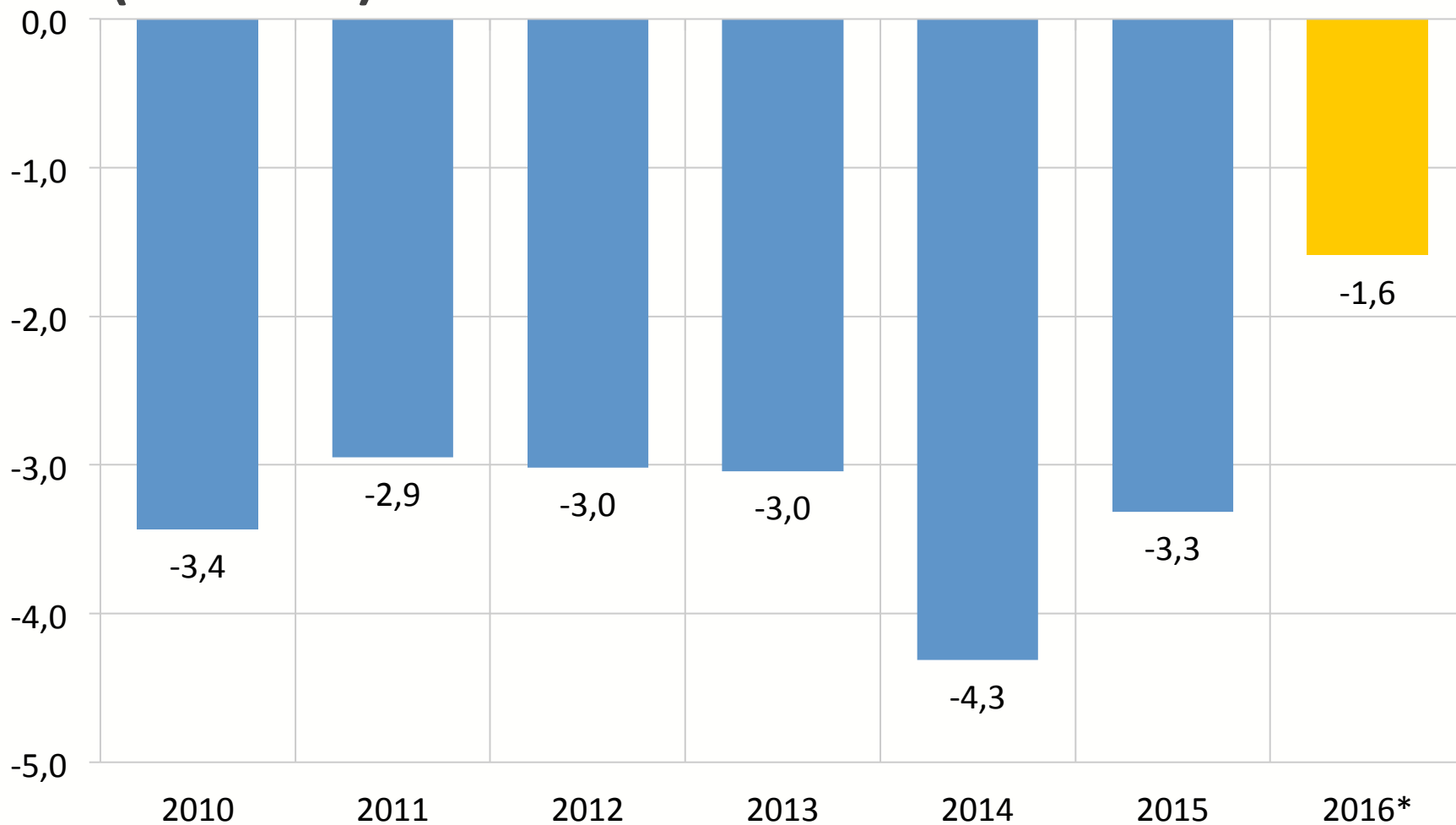
Balança Comercial (% do PIB)



Fonte: BCB

*2016: Projeção do BCB.

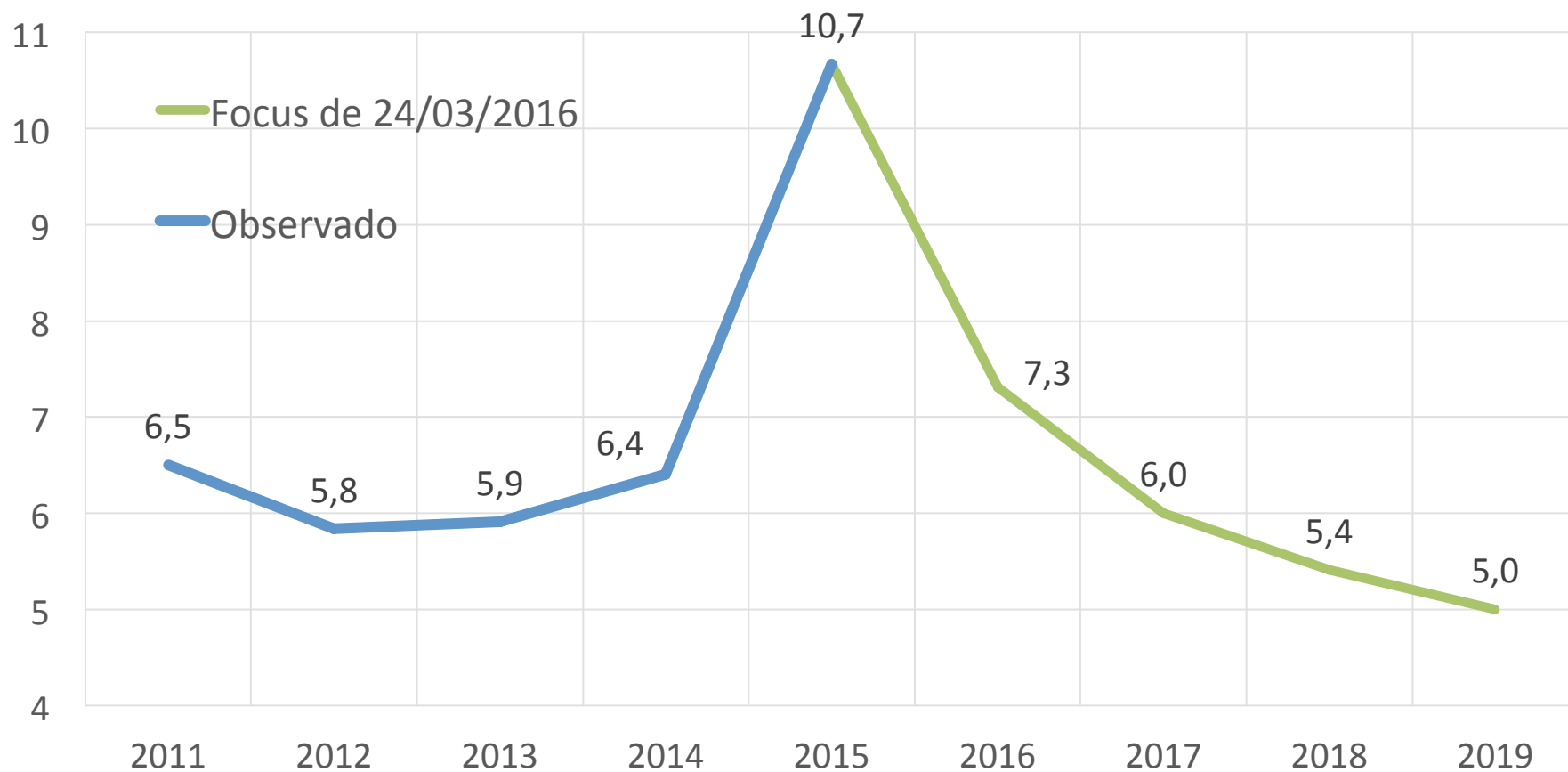
Transações Correntes (% do PIB)



Fonte: BCB

*2016: Projeção do BCB.

Expectativa de IPCA (% a.a.)



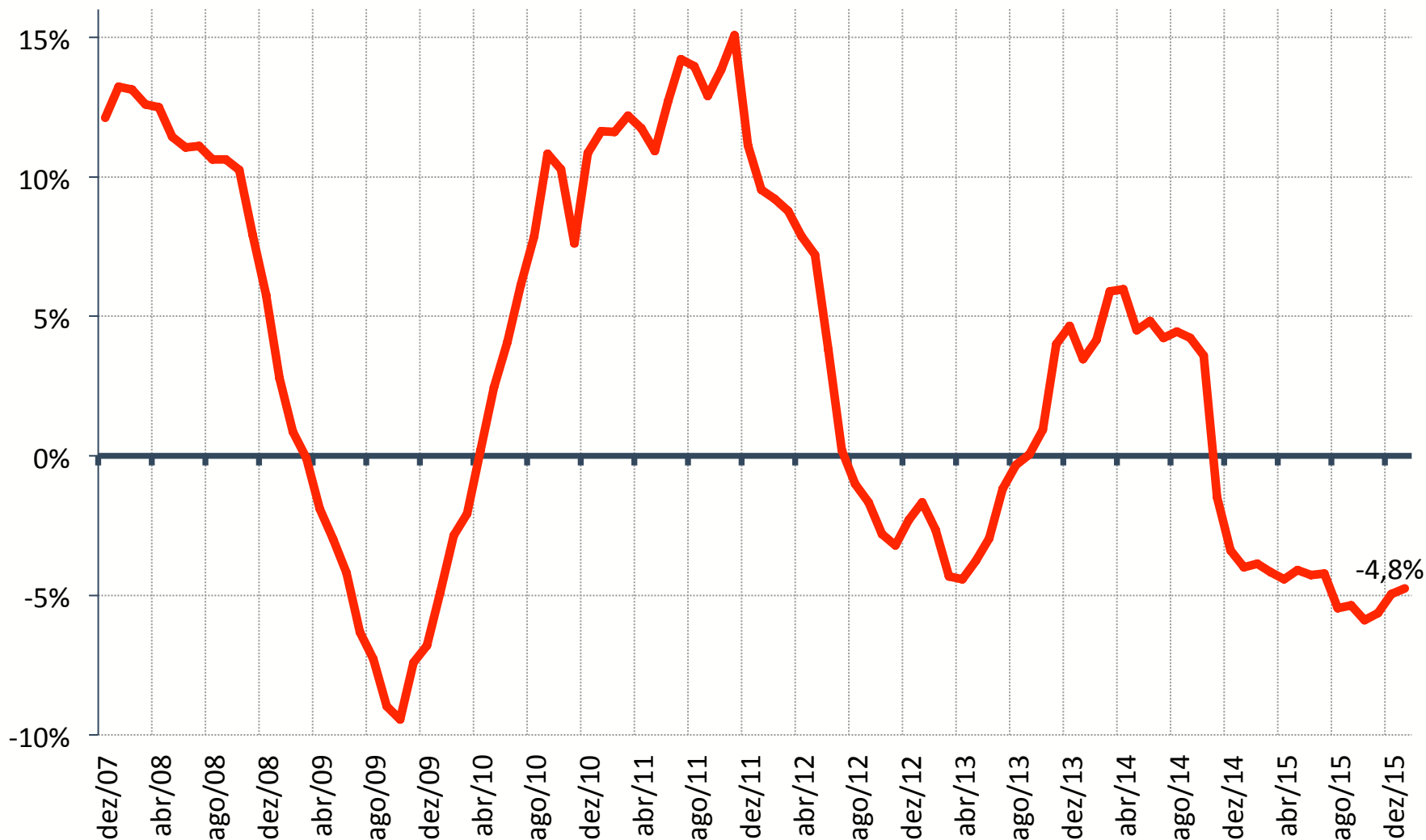
Fonte: IBGE e Boletim Focus.

Cenário de recuperação econômica

	MF	Focus
2016	-3,1	-3,7
2017	1,0	0,4
2018	2,9	1,5
2019	3,2	2,0
2020	3,0	2,0

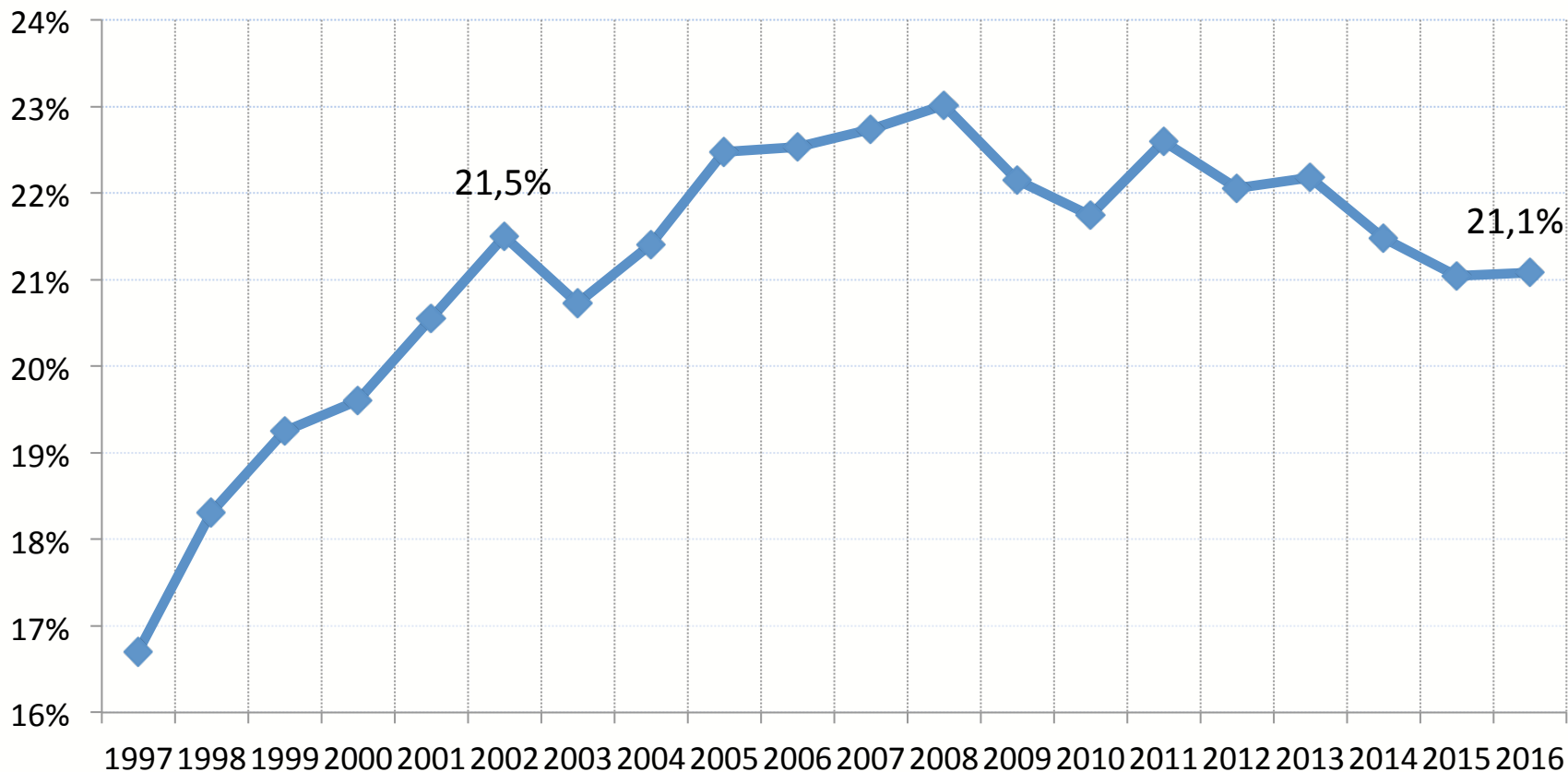
* Relatório Focus de 28/03/2016

TAXA REAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA ADMINISTRADA (ACUMULADA EM 12 MESES)



A receita primária está em queda praticamente desde 2010 e atingiu um nível abaixo do observado em 2002

Receita primária em % do PIB

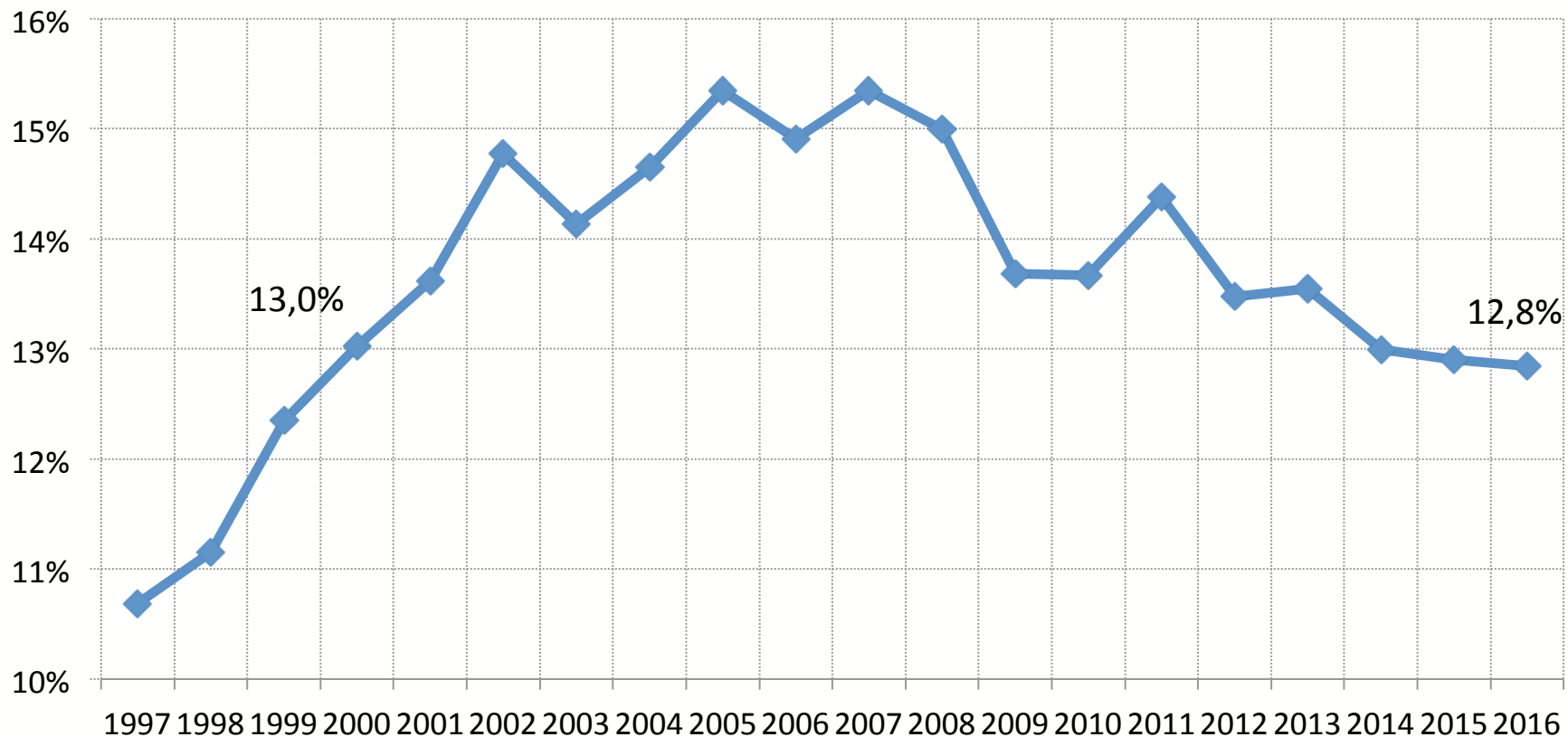


Fonte: STN/MF.

* Acumulado em 12 meses até jan/16 (exclui cessão onerosa).

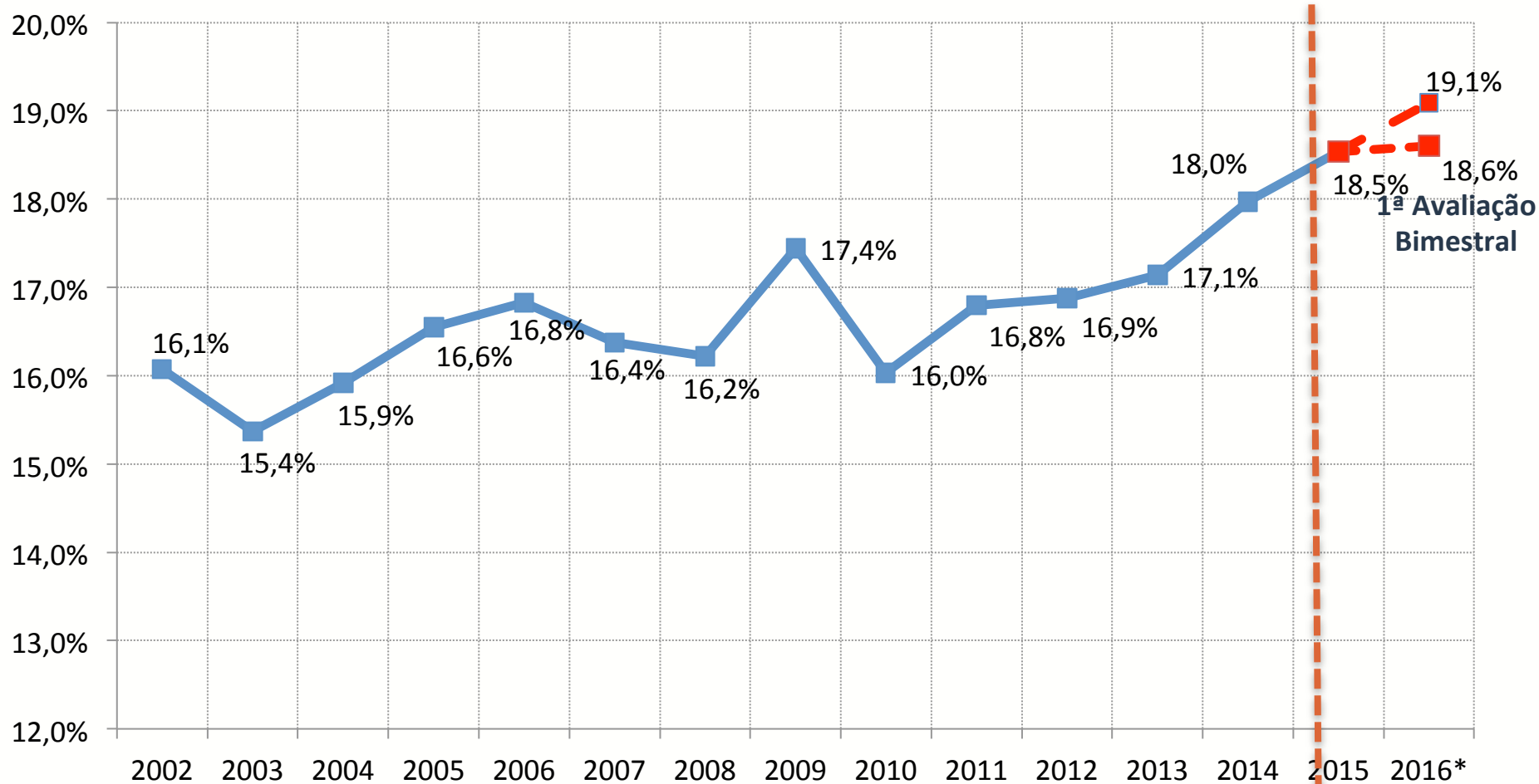
A arrecadação com impostos e contribuições do governo federal está em queda praticamente desde 2010. Em 2015, atingiu o nível inferior ao observado em 2000

Evolução da arrecadação com impostos e contribuições não previdenciárias em % do PIB



Fonte: STN/MF. * Acumulado em 12 meses até jan/16.

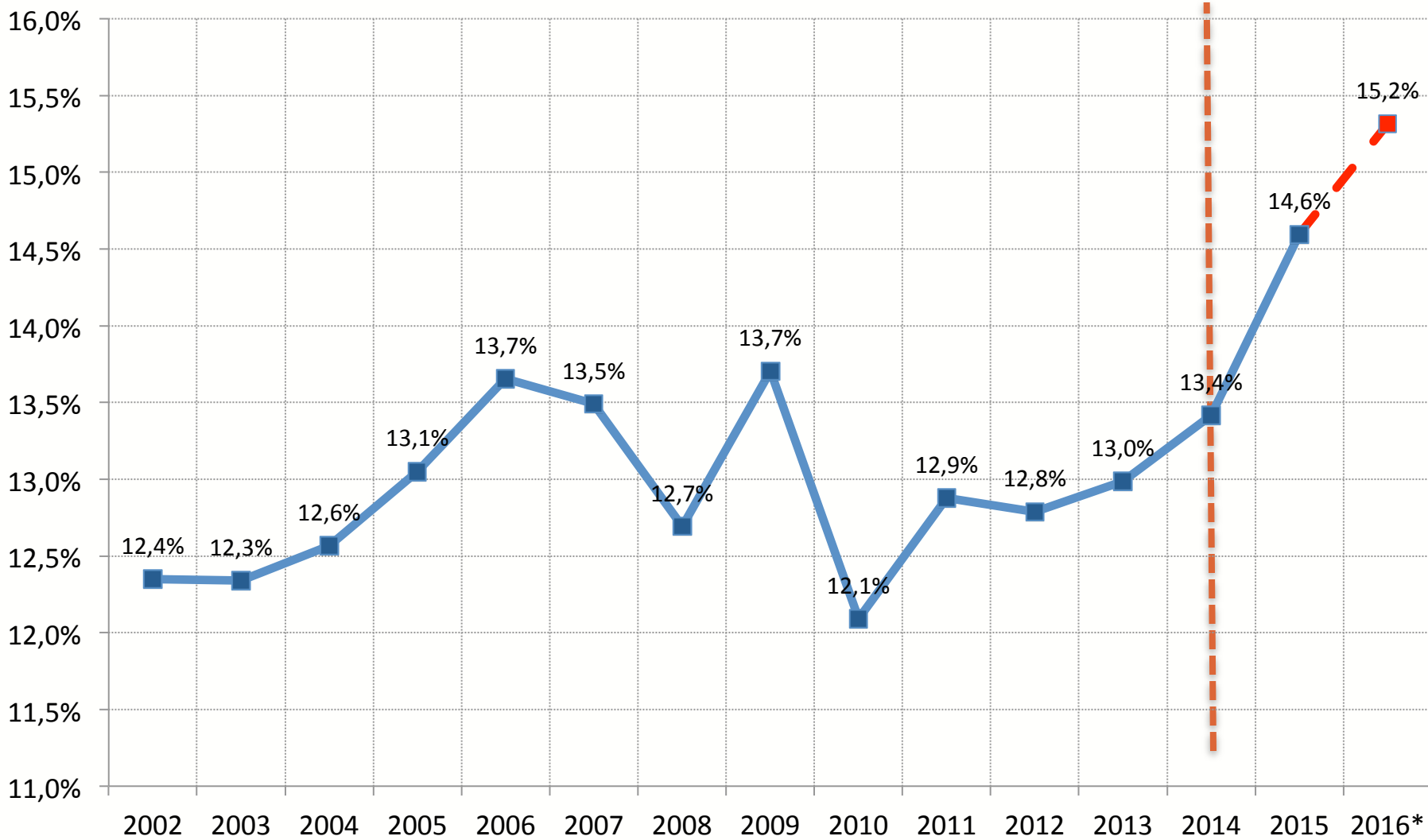
Evolução das despesas primárias, em % do PIB



1ª Avaliação Bimestral

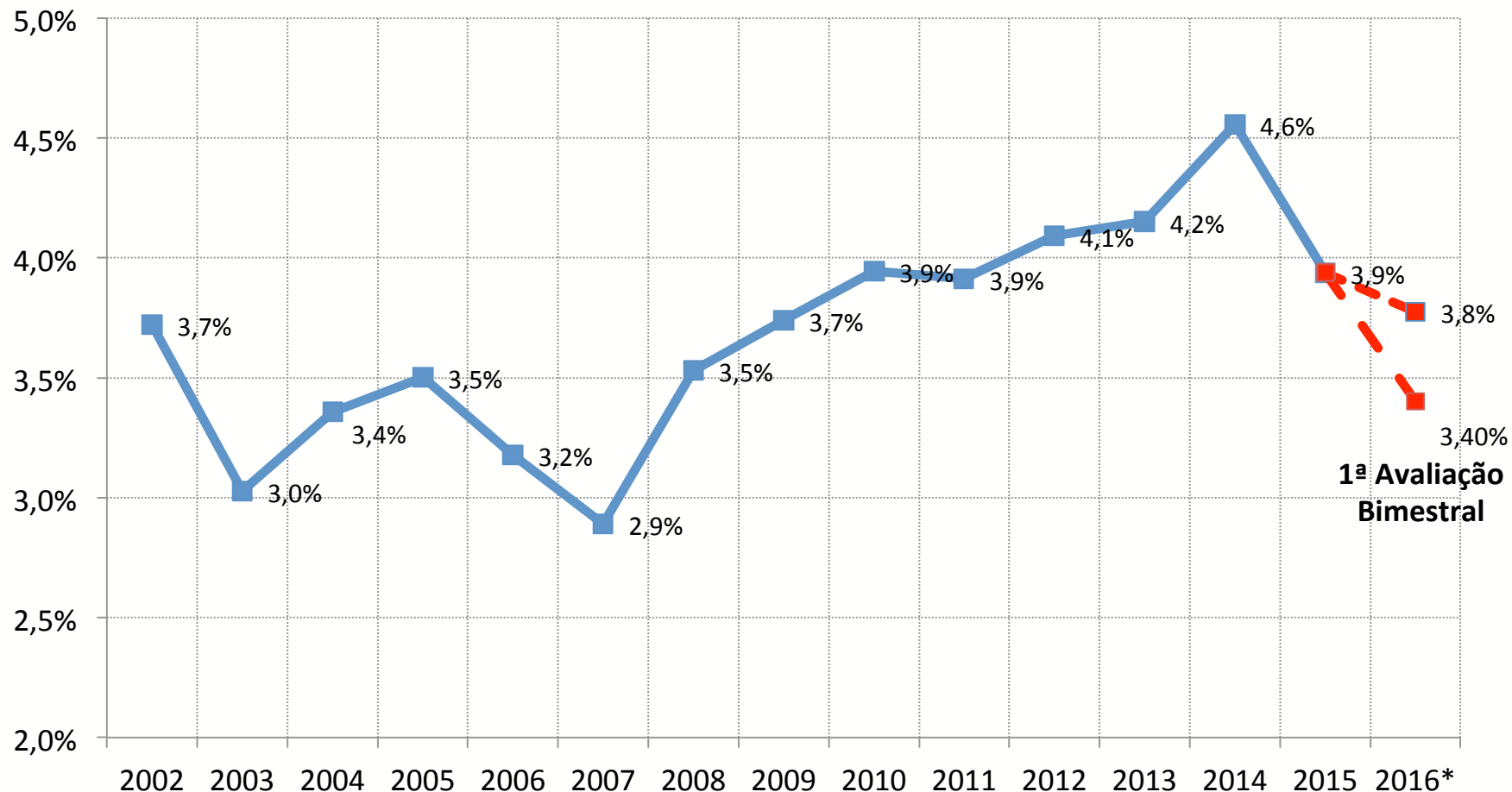
Exclui despesas com capitalização do FSB (2008), da Petrobrás (2010) e regularização de passivos (TCU 2015).

Evolução das despesas obrigatórias, em % do PIB



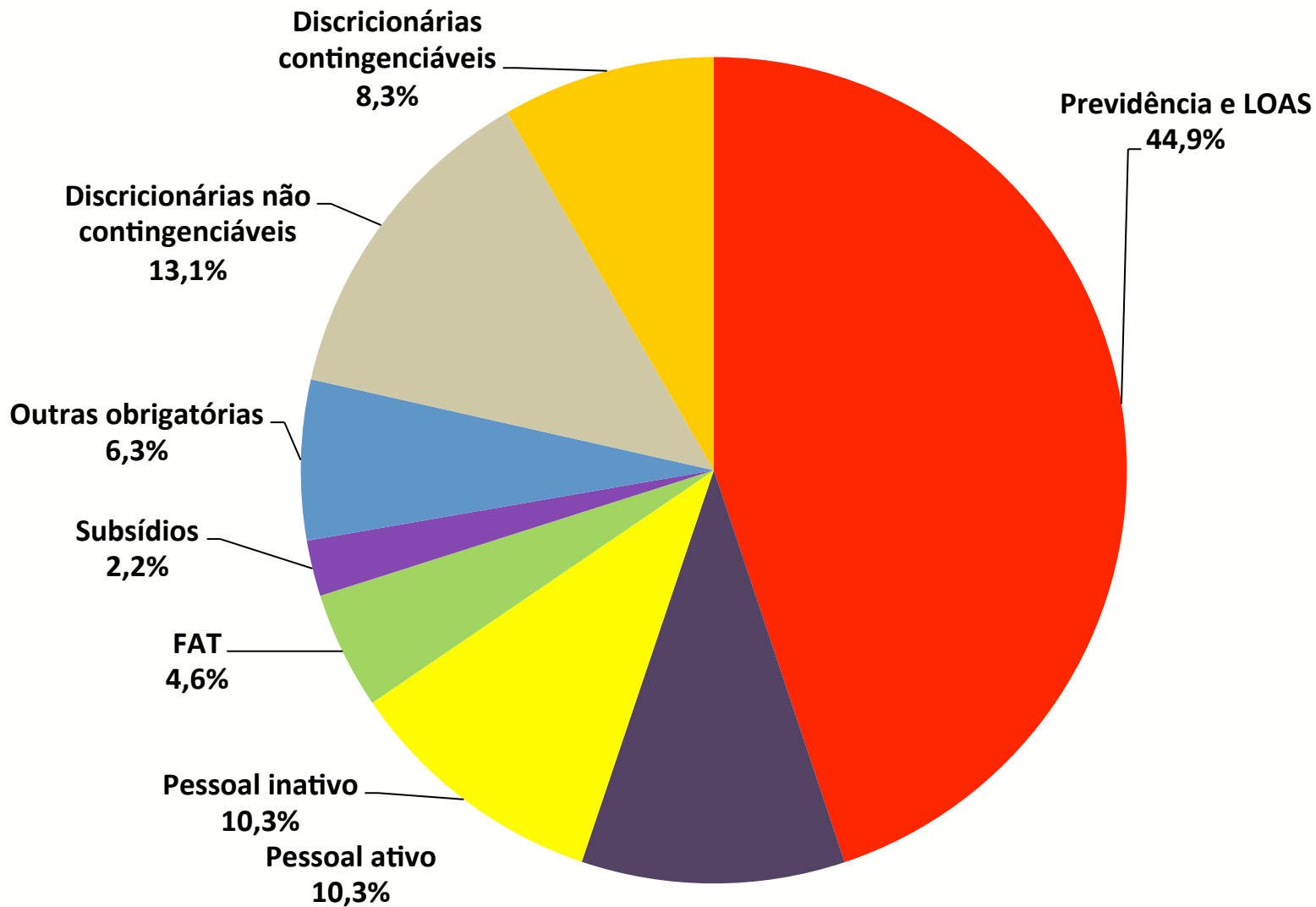
Exclui despesas com capitalização do FSB (2008), da Petrobrás (2010) e regularização de passivos (TCU 2015).

Evolução das despesas discricionárias, em % do PIB



Exclui despesas com regularização de passivos (TCU 2015)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA (LOA 2016)



Despesas Efetivamente Contingenciáveis do Poder Executivo

Ano	LOA	Empenho	% do PIB
2010	123,0	103,6	2,7%
2011	136,6	107,3	2,5%
2012	156,2	127,1	2,6%
2013	172,3	145,5	2,7%
2014	175,4	144,8	2,5%
2015	190,2	117,7	2,0%
2016	132,2	87,6	1,4%

* Despesas contingenciáveis (exclui convênios e doações, mas inclui os complementos aos mínimos da educação e saúde).

Estratégia de Política Fiscal

Combinar medidas de estabilização no curto prazo com regras de maior controle do gasto público no médio e longo prazo

- Proposta de reforma fiscal e auxílio financeiro para os Estados
- Proposta de reforma fiscal e medidas de estabilização da renda e do emprego por parte da União

Renegociação com os Estados Proposta Geral

- Alongamento do prazo de pagamento da dívida dos Estados com a União em 20 anos.
- Alongamento das dívidas dos Estados com o BNDES em até 10 anos, com 4 anos de carência
- Contrapartidas de curto prazo a vigorar pelos próximos 24 meses e contrapartidas estruturais: LRF estadual e alteração na LC 101/2001 para dar maior rigor para as despesas de pessoal.

Renegociação com os Estados

Proposta Complementar

- Redução de até 40% na prestação por 24 meses, limitado a R\$ 160 milhões por mês com contrapartidas adicionais
 - redução de 20% de cargos comissionados
 - limitação das despesas de publicidade
 - não realização de operações de crédito pelo dobro do período de vigência da redução da prestação.

Proposta fiscal para a União

Medidas de longo prazo (estruturais)

- Limite à expansão do gasto para conter o crescimento do gasto em % do PIB.
- Criação do depósito voluntário remunerado no BCB
- Criação do Regime Especial de Contingenciamento (REC), em períodos de baixo crescimento, para preservar despesas essenciais e investimentos em fase final de conclusão.

Medidas de curto prazo (conjunturais)

- Redução da meta fiscal de 2016 por frustração de receita e manutenção de investimentos e despesas prioritários.

Limite para o crescimento do gasto

Por que é importante estabelecer um limite para o gasto?

- Concentrar a discussão orçamentária na composição das despesas públicas
- Evitar pressão recorrente por aumento da carga tributária
- Diminuir a rigidez do gasto para possibilitar ações de estabilização quando necessário

Experiência internacional mostra que regras de gasto contribuem para o melhor desempenho fiscal

Funcionamento do Limite do gasto

- A LRF determinará um limite plurianual para as despesas primárias federais como % do PIB no Plano Plurianual (PPA).
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixará o valor nominal do limite de gasto para cada ano.
- A elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá observar o limite de gasto.
- Se houver previsão de que o limite de gasto pode ser descumprido na elaboração da LOA, serão acionadas automaticamente medidas de redução da despesa em três estágios sequenciais.

Depósito remunerado no BC

- Uma alternativa às operações compromissadas;
- BCs de economias avançadas, como o FED e o BCE, utilizam o depósito remunerado para administração da liquidez;
- Depósitos remunerados no Brasil como instrumento secundário de política monetária minimizariam a necessidade de aportes ao BCB;
- Maior autonomia ao BC para administração da política monetária;

Balancete do BC

ATIVO	PASSIVO
Reservas internacionais	Base Monetária (BM)
Empréstimos ao setor privado (E1)	Emprestimo junto ao setor privado (E2)
Títulos do Tesouro Nacional (T)	Operações Compromissadas
Outros ativos	Reservas Bancárias Compulsórias
	Conta Única do Tesouro
	Outros passivos
	Patrimônio Líquido (PL)



Criação de Depósito Remunerado no BC

- Para dar o mesmo tratamento aplicado às operações compromissadas, é necessário alterar o artigo 10, inciso XII, da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que passaria a apresentar a seguinte redação:

“Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:

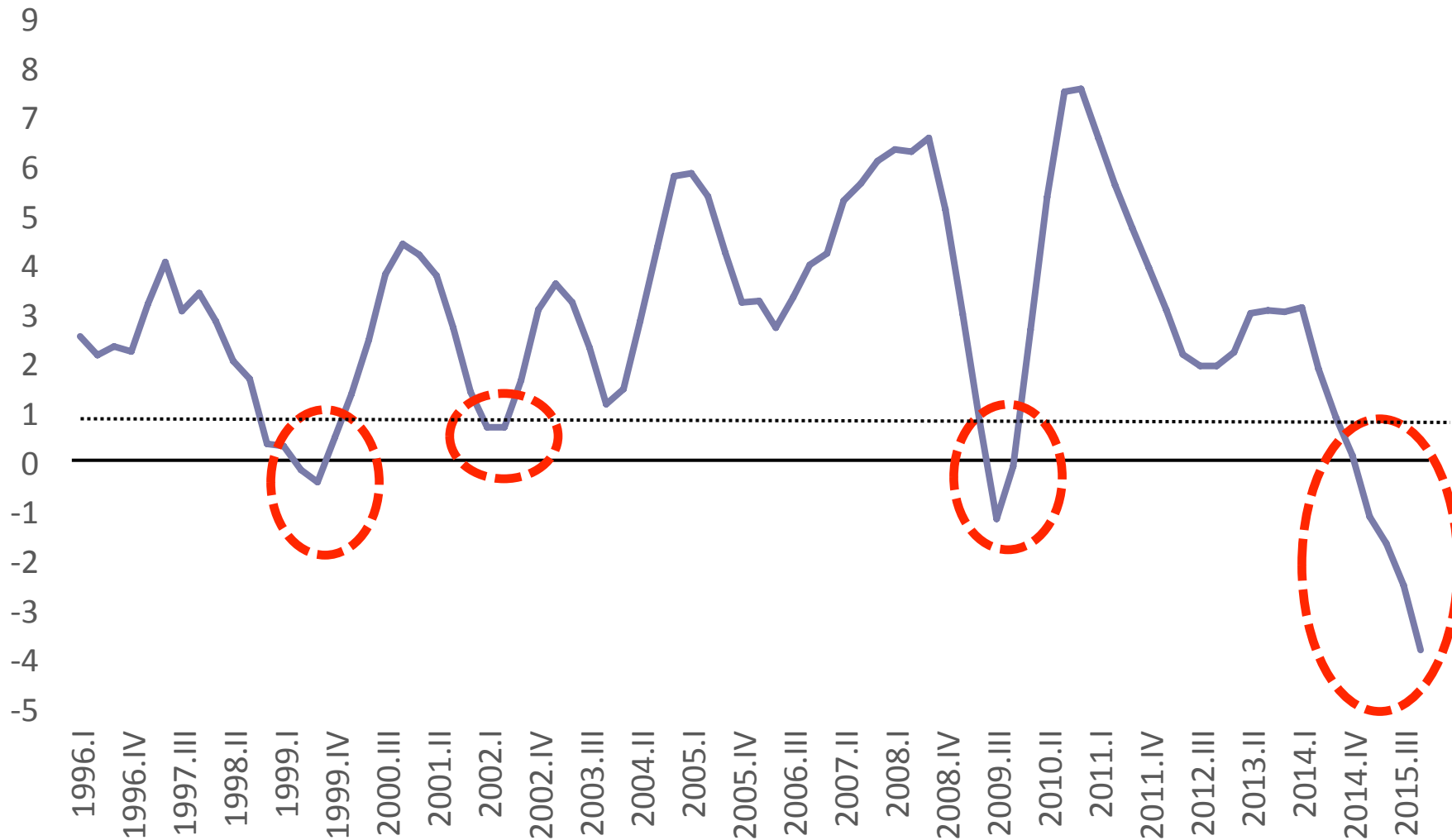
(...)

*XII - Efetuar, como instrumentos de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais **e o recebimento de depósitos voluntários remunerados;***

Regime Especial de Contingenciamento

- Criação do Regime Especial de Contingenciamento (**REC**) que poderá ser decretado quando a economia estiver em **baixo crescimento** nos termos já previstos pela LRF.
- A hipótese de baixo crescimento já é utilizada na LRF para flexibilizar os limites de dívida e pessoal.

Episódios de baixo crescimento nos últimos 20 anos



Exemplos de despesas a serem preservadas no REC

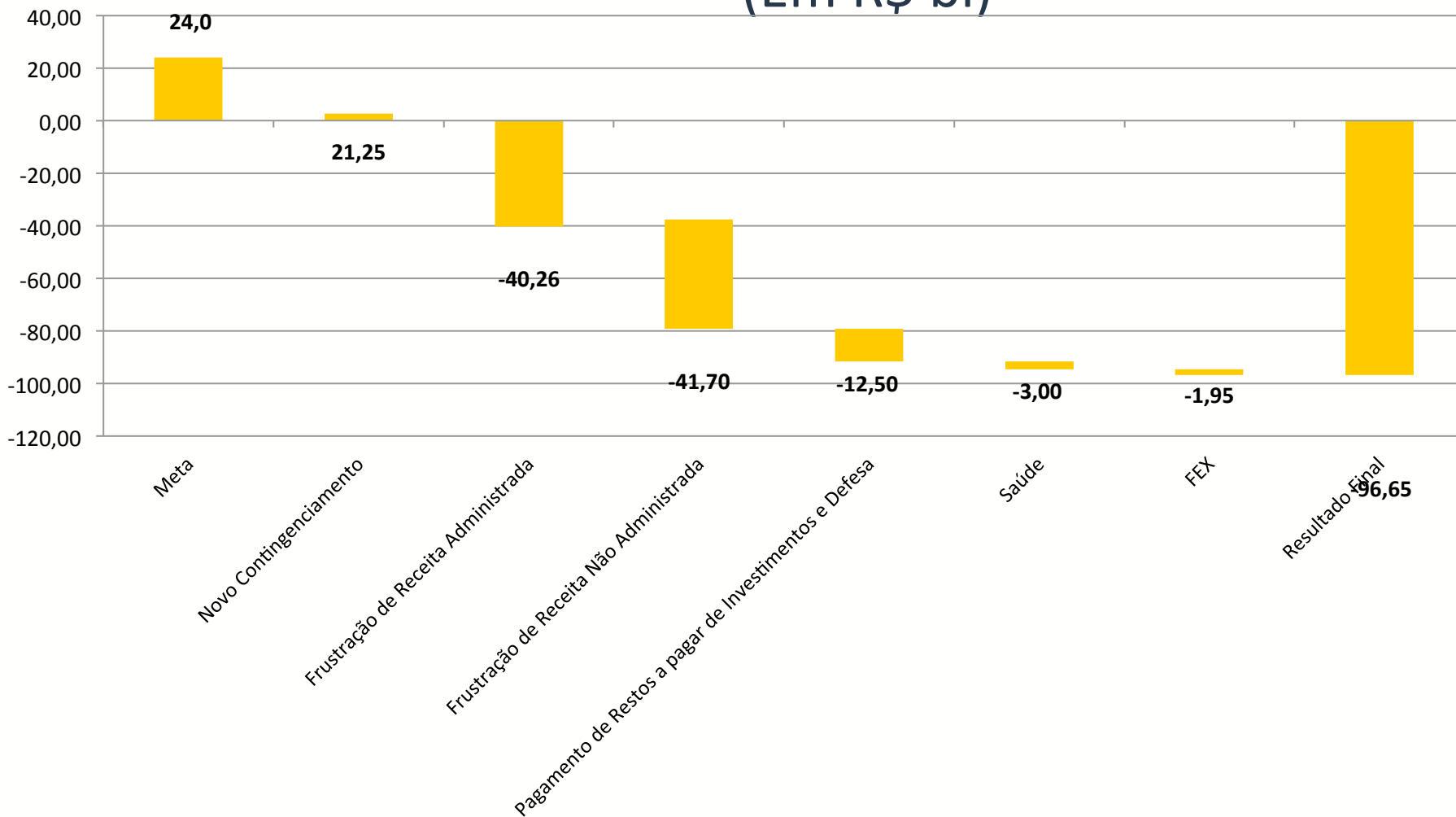
- No REC poderão ser preservadas as seguintes despesas:
 - i. investimentos em fase final de execução e prioritários;
 - ii. essenciais para a prestação de serviços públicos (segurança, educação, saúde, etc);
 - iii. necessárias para o funcionamento dos órgãos (água, energia, manutenção, etc).

NOVA PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO FISCAL PARA 2016

- Reduzir meta fiscal da União em **R\$ 21,2 bilhões** (de R\$ 24,0 bi para R\$ 2,8 bi), de modo a recompor contingenciamento adicional após aprovação pelo Congresso Nacional
- Aumentar possibilidade de frustração de receita administrada de R\$ 30,5 bi para **R\$ 40,3 bilhões** devido aos resultados observados no primeiro bimestre deste ano
- Manter possibilidade de frustração de receita não administrada em **R\$ 41,7 bilhões**
- Manter dedução por gastos com saúde em até **R\$ 3 bilhões**
- Manter dedução por gastos com investimento em até **R\$ 9 bilhões**
- Incluir dedução por gastos com defesa em até **R\$ 3,5 bilhões**
- Incluir a dedução para regularização do FEX em até **R\$ 1,95 bilhões**

Possibilidade máxima de redução da meta: R\$ 120,65 bilhões

DECOMPOSIÇÃO DA ALTERAÇÃO DA META FISCAL (Em R\$ bi)



ANEXOS

Ministério da
Fazenda



Situações de aplicação do REC e do Limite de Gasto Primário

	Gasto primário abaixo do limite máximo	Gasto primário acima do limite máximo
Baixo Crescimento (menor do que 1% nos últimos 12 meses)	REC (opcional)	REC (opcional) e Ajuste automático do Gasto (obrigatório)
Crescimento normal (maior ou igual a 1% nos últimos 12 meses)	Metodologia usual	Ajuste automático do Gasto (obrigatório)

Evolução DBGG (% PIB)

